

Edição v. 41
número 1 / 2022

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 41 (1)
jan/2022-abr/2022

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

DOSSIÊ

Entre o controle e o silêncio:
investigações sobre a representação
de mulheres encarceradas no discurso
televisivo

Between control and silence:
investigations into the representation
of incarcerated women in television
discourse

CARLA RAMALHO PROCÓPIO

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: carlaramalhopp@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8980-4301.

CARLA BAIENSE FELIX

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: carlabaiense@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-7287-6170.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

RAMALHO PROCÓPIO, Carla; FELIX, Carla Bainense. Entre o controle e o silêncio: investigações sobre a representação de mulheres encarceradas no discurso televisivo. Contracampo, Niterói, v. 41, n. 1, p. 1-17, jan./abr. 2022.

Submissão em: 01/11/2021. Revisor A: 04/03/2022; Revisor B: 19/02/2022; Revisor A: 25/03/2022; Revisor B: 24/03/2022. Aceite em: 26/03/2022.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v41i1.52130>

Resumo

As mulheres encarceradas representam cerca de 8% da população prisional brasileira e, mesmo sendo considerado baixo, esse é o grupo em que a taxa de encarceramento mais sobe. Utilizando o conceito "imagens de controle" de Collins (2019), que problematiza o uso de sentidos atribuídos às mulheres negras na manutenção de estruturas racistas, inclusive aquelas ligadas ao aparelho penal, objetivamos identificar como são representadas as mulheres encarceradas no Brasil a partir de produções audiovisuais da TV Globo. No mapeamento realizado, encontramos 63 resultados em que foi possível observar a formação de três representações tipificadas, que podem funcionar como imagens de controle no discurso televisivo sobre esse grupo.

Palavras-chaves

Mulheres encarceradas; Imagens de controle; Representação; Discurso televisivo; TV Globo.

Abstract

Incarcerated women represent about 8% of the Brazilian prison population and even though it is considered low, this is the group in which the incarceration rate rises the most. Using the concept "images of control" by Collins (2019), which problematises the use of meanings attributed to black women in the maintenance of racist structures, including those linked to the penal apparatus, we aimed to identify how incarcerated women in Brazil are represented from TV Globo's audiovisual productions. In the mapping carried out, we found 63 results in which it was possible to observe the formation of three typified representations, which can function as images of control in the television discourse about this group.

Keywords

Incarcerated women; Images of control; Representation; Television discourse; TV Globo.

Introdução

Com a terceira maior população carcerária do mundo, em que mais de 773 mil pessoas estão em privação de liberdade, a violência no Brasil é marcada na vivência cotidiana, perpassando as dinâmicas materiais e simbólicas, afetando diretamente as relações sociais. No centro dessa dinâmica observamos a mídia como espaço de disputa e de produção de sentidos sobre a violência, o cárcere e seus sujeitos, fornecendo materialidade para reforçar ou construir imaginários a partir de seus discursos, tanto sobre esse espaço de punição quanto dos sujeitos que nele vivem. Para Charaudeau (2013), são esses elementos que conferem à mídia a capacidade de participação na construção da realidade social, a partir das dinâmicas e estruturas de poder na qual ela própria se insere, produzindo os discursos de informação que movimentam a sociedade e suas hierarquias.

Nesse contexto, presente em nosso cotidiano como um dos cenários ligados à criminalidade, grande parcela da população conhece o espaço das prisões e os presidiários pela mídia e o seu discurso de informação; em outras palavras, pelo que leem, veem, ouvem e apreendem sobre esses sujeitos. Destacamos ainda, que participando dessa disseminação de imagens e significados em um espaço legitimado socialmente está o Jornalismo, presente nos lares não só como transmissor, mas como mediador e construtor da realidade na qual vivemos (LIPPMAN, 1922). Assim, seja pelo uso do discurso através de imagens, textos e sons que acionam o terreno das representações, imaginários e estereótipos, o Jornalismo participa de uma inter-relação com as representações sociais (MOSCOVICI, 2015), pois ao mesmo tempo que auxilia cotidianamente na sua construção a partir das interações e do contato com o mundo objetivo, as utiliza para a construção de seus discursos.

Em um contexto em que mais de 90% dos encarcerados são homens e que 64% da população prisional é negra (esse grupo compõe 53% da população brasileira), poderíamos concluir que o discurso (e também o retrato) sobre o crime e, conseqüentemente, o sistema prisional que se constrói e se reproduz na mídia a partir de reportagens, filmes, telenovelas e séries de TV, representam tais personagens encarcerados como sujeitos masculinos, negros e, frequentemente, periféricos. No entanto, tal forma de pensar a representação termina por eclipsar a noção de que a existência de um perfil predominante da população carcerária (pessoas pobres, negras, jovens e com baixa escolaridade) não significa serem essas características causas do delito, mas sim, marcadores sociais que na prática operam como critérios para a criminalização (Borges, 2019). Da mesma forma, apesar de serem esses os principais personagens das reportagens e do retrato deste sistema, outro grupo enfrenta diferentes (e diversas) vulnerabilidades, e frequentemente encontram-se invisibilizadas no discurso midiático: as mulheres encarceradas.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2019, dentre os mais de 773 mil encarcerados no país, apenas 8% são mulheres. Contudo, entre 2006 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou em 567,4% - quase 350% a mais que a média de aumento da população masculina (que foi 220% no mesmo período). Em 2019, esses números voltaram a crescer, colocando o Brasil no quarto lugar do ranking de encarceramento feminino, superando a Tailândia (41.119) e ficando atrás somente dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478). Entre as mulheres encarceradas, a metade tem entre 18 e 29 anos e 62% são negras. Para Borges (2019), a partir de sua reflexão sobre o encarceramento em massa no Brasil, o tráfico de drogas e roubo são a maioria dos atos infracionais no caso das mulheres, tendo um cenário comum: “vulnerabilidades sociais, necessidade de sustento dos filhos e da família, desestruturação familiar, violência e abuso doméstico-sexual.” (BORGES, 2019, p.19)

Apesar do problema anunciado pelas estatísticas, essas sujeitas estão frequentemente ausentes das pautas que abordam o cárcere; no entanto, quando aparecem, são representadas a partir de angulações específicas que resultam em representações tipificadas a partir dos sentidos que acionam. Para Akotirene (2020), este cenário ressalta a urgência de uma atenção substantiva às prisões femininas.

“É preciso entender melhor como tal microcosmo de violências amplas não encontra a mesma cobertura midiática dos episódios sociais de violência contra as mulheres, nem provoca os repúdios expressivos por parte das feministas” (AKOTIRENE, 2020, p.16).

Indo ao encontro da proposta de Borges (2019) sobre a necessidade de levar em conta o Patriarcado como estrutura que determinou as diferentes modulações do encarceramento para homens e mulheres, produzindo uma dupla invisibilidade sobre as mulheres encarceradas, utilizamos o conceito de imagens de controle de Collins (2019) para investigar como se constrói o discurso televisivo sobre esse grupo na emissora mais assistida pelos brasileiros no último ano (TV Globo). Utilizamos a metodologia da análise de conteúdo, possibilitando um estudo qualitativo ancorado em parâmetros estatísticos que permitem o tratamento de um determinado volume de dados. Para tal, realizamos um primeiro mapeamento no portal *Globoplay* a partir da palavra-chave “presidiárias”, encontrando 63 conteúdos variados. Nesse momento, realizamos a “leitura flutuante” do material indicada por Bardin (2011) como uma primeira etapa da análise de conteúdo. Nesse momento, nosso objetivo principal era conhecer as reportagens e suas temáticas de forma mais ampla, compreendendo quais elementos eram semelhantes/diferentes entre eles. A partir dessa primeira leitura, chegamos à criação de quatro categorias que auxiliaram na classificação das materialidades audiovisuais: (1) gênero/formato; (2) enunciado/título; (3) temática central, que também pode ser compreendida como uma espécie de “editoria” daquela reportagem, ou a qual núcleo informativo ela pertence, e (4) angulação, funcionando como um pequeno resumo descritivo para apontar o direcionamento do discurso produzido pela reportagem. Definidas as categorias, criamos uma tabela para a classificação dos conteúdos, acrescentando as colunas de programa, data e duração.

Na etapa de exploração do material, foram assistidas todas as reportagens para o preenchimento da tabela. Durante esse processo, buscamos por padrões que se repetiam tanto nas temáticas quanto nas angulações das reportagens para “descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135). A partir dos resultados, iniciamos novamente uma análise das angulações para compreender as nuances de sentido que faziam os conteúdos se aproximarem, como determinada caricaturização da mulher encarcerada ou a conotação positiva de todas as iniciativas sobre projetos/trabalho nas prisões. Como resultado, chegamos à identificação de três grupos temáticos de representações: (1) a perspectiva utilitarista da população carcerária; (2) a performance do feminino na prisão e (3) a sexualidade como condição principal do corpo feminino. A partir da investigação, acreditamos que discutir as formas de representação e inclusão desse grupo na agenda jornalística podem colaborar para a criação de espaços de debate e ação acerca das vulnerabilidades vividas por essas sujeitas, posicionando o racismo e sexismo como elementos estruturantes de graves injustiças sociais.

O conceito de imagens de controle e suas dinâmicas sociais

A partir da contribuição do filósofo Serge Moscovici (2015) que amplia as definições de Durkheim (1895) e a noção de representações coletivas, foi possível entender as representações inseridas em um contexto de diversidade e variação, em que suas heterogeneidades refletem as desiguais distribuições de poder nas sociedades. Assim, compreendidas não mais como conceitos, mas, como fenômenos (a partir da psicologia social), Moscovici (2015) nos convida a perceber que as representações sociais nos fornecem uma maneira específica de compreender e comunicar os sentidos do mundo. “Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2015, p. 46).

Assim, considerando profícua a contribuição do filósofo em propor uma teoria que incluísse tanto o psicológico como o social na compreensão dos elementos e dinâmicas que legitimam, movimentam e mantém hegemonias a partir de um olhar para os sujeitos e suas relações com o coletivo, destacamos

também os estudos sobre a formação dos discursos e suas formas de poder (FOUCAULT et al., 2014), que nos permitem compreender como as representações também circulam por meio de dispositivos da linguagem, que ganham contornos ainda mais complexos a partir das micro relações de poder que se distribuem na sociedade. No entanto, mais do que compreender a formação das representações sociais ou entender a formação dos discursos e das dinâmicas que as legitimam e/ou as estruturam, buscamos entender de que forma elas operam na sociedade e como participam das disputas sociais, de modo a conformar e naturalizar determinados comportamentos, seja no âmbito da opressão ou da dominação. Neste contexto, destacamos a importância teórico-metodológica e também prática (no que diz respeito às alternativas para a transformação social) dos estudos feministas negros e decoloniais, capazes de oferecer perspectivas mais ampliadas a respeito da condição de grupos que foram sistematicamente excluídos dos espaços de poder. A utilização do conceito de Collins (2019) sobre as imagens de controle aplicadas às mulheres negras nos auxilia a compreender como operam os discursos na manutenção de uma ideologia generalizada de dominação, conformando e sugerindo lugares sociais a serem ocupados e autorizando o tratamento social dado a quem os ocupa.

Para Bueno (2020), o conceito de Collins (2019) se diferencia das noções de representação e estereótipos de outros autores pelo modo como é manipulado em nossa sociedade a partir de sistemas de poder articulados por raça, classe, gênero e sexualidade. Assim, as imagens de controle mascaram as contradições das relações sociais, afetando não apenas as mulheres negras e não-brancas, mas também as brancas. A autora ainda localiza o conceito de imagens de controle como uma ferramenta de análise para a compreensão de matrizes de dominação, especialmente aquelas estabelecidas no interior de culturas ocidentais, brancas e eurocêntricas.

No coração das memórias das elites ainda persistem centenas de imagens de controle que neutralizam em suas mentes os impactos que a manutenção de seus privilégios econômicos e sociais causaram na vida da população negra. As imagens de controle são propagadas de forma tão massiva e constante na mídia por uma razão bastante específica: é confortável para a comunidade branca que existam justificativas que lhes retirem a responsabilidade de responder pelo contínuo de violência que a exploração econômica dos povos negros significou na construção do status quo da branquitude (BUENO, 2020, p. 117).

De forma objetiva, abordaremos aqui as imagens de controle que Collins (2019) identifica como um conjunto de sentidos destinados às mulheres afro-americanas, funcionando como uma dimensão ideológica do racismo junto a análises de Bueno (2020), a respeito das aproximações que essas imagens estabelecem no contexto brasileiro. Ao utilizá-las, não buscamos encontrar equivalentes nas representações de mulheres encarceradas, mas sim oferecer um aporte teórico para pensar condições de dominação que se impõem por meio de sentidos/imagens construídas. A primeira imagem trabalhada por Collins (2019) seria a da *mammy*, que representa um padrão normativo em que as mulheres negras são naturalizadas na condição de cuidadoras, serviçais obedientes, fornecendo alimento, amor e cuidado aos filhos das famílias brancas às quais eram subordinadas. Para a autora, “a imagem da *mammy* corrobora a ideologia do culto à verdadeira condição de mulher, a qual elimina a sexualidade e fecundidade” (COLLINS, 2019, p. 142). Para Bueno (2020), no contexto brasileiro, a imagem da *mammy* apresenta alguns contornos que se relacionam com uma narrativa de escravização “à brasileira”, mais cordial e menos segregatória do que a experiência do sul dos EUA. No entanto, permanecem a coisificação das mulheres negras, importante para a manutenção dos brancos em situação econômica favorável em relação aos negros.

A matriarca negra também é uma imagem de controle que figura na sociedade norte-americana, uma vez que representam as mães de família que são frequentemente caracterizadas como as “más mães”. Para Collins (2019), essa imagem culpabiliza as mães que trabalham fora por não conseguirem “supervisionar adequadamente” seus filhos e filhas, contribuindo para o fracasso escolar e social das

crianças. Além disso, essa imagem projeta a agressividade como característica das mulheres negras, tornando-as não femininas, o que poderia ser lido (e ainda o é) pela sociedade como justificativa para que os seus companheiros e maridos as abandonassem, ou se recusassem a se casar; interferindo, dessa forma, no modo como os homens negros percebem a masculinidade negra. “Da perspectiva do grupo dominante, a matriarca representava uma *mammy* fracassada, um estigma negativo aplicado às afro-americanas que ousassem rejeitar a imagem de serviçais submissas e diligentes” (COLLINS, p.145). De acordo com a autora, essa é uma imagem de controle que dialoga diretamente com uma tentativa de mascarar as falhas do sistema penal estadunidense, uma vez que procura culpados para o funcionamento de uma máquina penal racializada, que prende, de forma deliberada, pessoas negras e pobres. “Nesse contexto, a imagem da matriarca negra serve como um símbolo forte, tanto para as mulheres negras quanto para as brancas, do que pode dar errado se o poder patriarcal for desafiado” (COLLINS, 2019, p. 148).

Uma terceira imagem de controle é apresentada pela autora como a da mãe dependente do Estado. Em resumo, essa seria uma imagem de controle com um viés de classe, que de acordo com a autora, permanece como uma versão atualizada da imagem da mulher procriadora inventada durante a escravidão. A partir da sugestão que mulheres negras são mais adequadas para gerar crianças, “essa imagem forneceu justificção para a interferência na vida reprodutiva das africanas escravizadas” (COLLINS, 2019, p. 150). Nesse sentido, essas mulheres não seriam capazes de tomar decisões sobre a própria vida, e são frequentemente retratadas como pessoas acomodadas, que usufruem das políticas fornecidas pelo governo, fugindo do trabalho e passando esses valores para seus filhos e filhas. Na perspectiva dessa imagem de controle, as mães dependentes do estado se encontram em situação de pobreza por sua incapacidade de controle sexual, e violam um dogma fundamental da ideologia branca e masculina, pois são mulheres sozinhas, que não dispõem da figura de autoridade de um homem. “Criar a imagem de controle da mãe dependente do Estado e estigmatizá-la como causadora de sua própria pobreza e da pobreza das comunidades afro-americanas desloca o ângulo de visão das fontes estruturais da pobreza e culpa as vítimas” (COLLINS, 2019, p. 152). A partir da imagem da mãe dependente do estado, há ainda as rainhas da assistência social, uma variação que classifica as mulheres que contam com os subsídios do governo como pessoas aproveitadoras do dinheiro suado dos cidadãos, e com ele constroem uma “boa vida”. Dela, deriva-se ainda a imagem da “dama negra”, que se refere à profissionais negras de classe média, que representam uma versão moderna e positiva, como profissionais negras e diligentes, que trabalha duas vezes mais que os outros. No entanto, como costumam competir com homens, tornam-se “assertivas demais”, menos femininas, e assim, não conseguiriam a companhia de um homem para se casarem. Além disso, são frequentemente vistas como beneficiadas em programas de ações afirmativas, como se ocupassem lugares e empregos que deveriam ser, naturalmente, dos homens.

Na análise de Bueno (2020) tanto a matriarca quanto a “mãe dependente do estado” figuram na sociedade brasileira especialmente a partir do período de ascensão das políticas de distribuição de renda operadas nos governos Lula e Dilma, em que mulheres beneficiárias de programas sociais, como o Bolsa Família, são frequentemente lidas como mulheres preguiçosas, acomodadas. A autora ainda ressalta que ambas as imagens acionam a maternagem como característica condicionante, no entanto, o lugar da maternagem para mulheres negras brasileiras tem uma dimensão histórica complexa, especialmente porque, no período colonial, o direito a constituição de famílias negras foi constantemente violentado. Portanto, analisar o lugar da maternagem nas imagens de controle que operam sobre as mulheres negras precisa considerar os contornos que a figura da mãe representa para as comunidades negras.

Como última imagem de controle, Collins (2019) nos apresenta a jezebel, ou *hoochie*, que seria fundamental para que as outras imagens de controle se conectassem para tentar determinar a condição da mulher negra. Jezebel atribuiria a elas a categoria de mulheres sexualmente agressivas, de modo que os frequentes ataques de homens brancos fossem justificados pelo comportamento dessas mulheres,

sobretudo na época da escravidão. Já a imagem de *hoochie*, elevaria essas características a um novo patamar de humilhação, reduzidas a corpos sensuais que servem sexualmente aos homens. Para a autora, essa imagem é amplamente difundida entre os produtos midiáticos que circulam e são criados pelos afro-americanos. “É comum que mulheres e homens afro-americanos não questionem essas e outras caracterizações da mulher negra como *hoochies* na cultura popular negra” (COLLINS, 2019, p.156). Para a autora, essa imagem tem relação com a estigmatização sofrida pelos homens negros, como a crença em relação ao seu excessivo apetite sexual. Bueno (2020) ressalta que, no contexto brasileiro, a imagem da mulata é o correspondente mais próximo de jezebel, retratadas frequentemente pela mídia como máquinas sexuais incansáveis. A autora ainda destaca a versão da década de 1990 da telenovela *Xica da Silva* como um exemplo relevante dessa imagem em nossa cultura cotidiana.

Para Collins (2019), no centro da disseminação e legitimação dos significados construídos pelas imagens de controle estão instituições como a mídia, em suas diversas manifestações de gêneros e formatos. “A universidade, a mídia e as agências governamentais constituem esferas importantes de reprodução dessas imagens de controle” (COLLINS, 2019, p. 159). Para a autora, a televisão, o rádio, o cinema, os vídeos CDs e a internet instituíram novas maneiras de fazê-las circularem, e por serem elementos culturais imersos nas relações sociais da sociedade é que imprimem com tamanha força os significados de tais imagens, sendo reproduzidas mesmo entre os grupos que são mais oprimidos por elas.

Nesse sentido, é a partir da discussão levantada pela autora, que nos auxilia a compreender como operam os sistemas de poder em nossa sociedade que objetivamos identificar, a partir do discurso televisivo, se/e quais imagens de controle operam sobre as sujeitas em privação de liberdade, entendendo ainda que esse grupo está frequentemente ausente das representações e, conseqüentemente, das discussões e problematizações sobre a realidade prisional. Além disso, também buscamos compreender se tais imagens funcionam como uma espécie de autorização para que esse grupo só seja percebido (tanto pela sociedade quanto em termos midiáticos) a partir das características estabelecidas por essas imagens de controle.

O que nos diz a TV? Reflexões sobre o discurso televisivo

Presente em nossa sociedade como fonte de informação, conhecimento, educação e entretenimento, o audiovisual se insere cotidianamente em nossas vidas, seja pela dimensão do entretenimento, representado pela indústria televisiva, cinematográfica, dos anúncios nas plataformas digitais; ou mesmo pelo âmbito da educação, do aprendizado, como nas modalidades remotas das videoaulas, os vídeos informativos, e até pela dimensão do afeto, nos registros de familiares compartilhados em aplicativos e mídias sociais como o Whatsapp, Twitter, Facebook, TikTok e similares.

No entanto, apesar da variedade audiovisual, a TV parece se apresentar como aquela que fornece vínculos profundos, que apesar de pessoais, se difundem e fortalecem coletivamente. Considerando as contribuições de Raymond Williams (2016) e Jesus Martín-Barbero (1997), ressaltamos que a televisão ultrapassa sua dimensão tecnológica, e não oferece uma experiência apenas no local físico, onde sua programação é exibida. Ao contrário, suas ondas são capazes de movimentar os outros espaços da casa, da comunidade, das cidades, e de realizar uma integração mesmo em um país continental como o Brasil. Temer (2014), ao pensar na Televisão, ressalta a dimensão da “tecnomagia da imagem no espaço doméstico”, capaz de se tornar quase um organismo vivo na dinâmica das casas:

O conteúdo cinético/colorido e esteticamente sedutor que surge após a ação automática de ligar a televisão tem algo de mágico, pois oblitera a percepção de que se está lidando com um aparato cujas condições técnicas para o funcionamento são conhecidas por uma minoria. Enquanto aparelho, a televisão é um conjunto de pontos ou linhas que formam imagens que pretendem representar algo. Na maioria dos casos, algo que se encontra lá fora, no tempo e no espaço. (FLUSSER, 1985 apud

TEMER, 2014, p. 7).

No entanto, essas representações e significados são produzidos por um ordenamento próprio da televisão, que a autora aponta como um mundo diferente do real, tratando de uma “representação com regras próprias cujas características são determinadas por sutis relações de dependência e exploração da técnica com os interesses político – empresariais” (TEMER, 2014, p. 165). Assim, para nós, é justamente por ultrapassar tais limites tecnológicos, ou seja, por afetar individualmente e coletivamente a vida em sociedade, que a televisão seria capaz de causar a sensação de proximidade e de completa integração com a vida cotidiana – e também com o próprio mundo. E é na perspectiva da dimensão cultural da televisão (WILLIAMS, 2016) que entendemos que olhar a TV por uma perspectiva crítica pode fornecer respostas, ou pelo menos indícios, para a compreensão de nossas dinâmicas sociais, e também, para um entendimento mais profundo de nossos desafios sociais.

Contudo, para compreendermos tais afetamentos é preciso, de certo, nos aproximarmos dos aspectos técnicos da TV, sobretudo os que envolvem a formação dos sons e imagens. Para Ana Carolina Temer (TEMER, 2014), parte da tecnomagia que envolve a produção de imagens no aparelho de televisão está em aceitar imagens que efetivamente não existem em um “esforço de se abstrair duas das quatro dimensões espaço-temporais, para que se conservem apenas duas das quatro dimensões do plano.” (Flusser, 1985 apud TEMER, 2014, p. 165). Assim, é por ser capaz de combinar em um mesmo espaço as representações do real e também a ficção, que entendemos a televisão como um elemento complexo, que atua diretamente em nosso entendimento da realidade por meio de tais representações. E nesse movimento, nossas impressões e interpretações sobre o mundo, seus limites, estruturas, dinâmicas e sujeitos se confirmam e consolidam.

As imagens de controle sobre mulheres encarceradas

A partir das reflexões ancoradas na televisão como um elemento cultural, que participa de variadas formas nas interações sociais a partir de marcadores como a cotidianidade e as possibilidades de mediação e de construção do real, propomos uma investigação a partir do conceito de Collins (2019) para identificar se e como imagens de controle podem estar funcionando como legitimadoras de um discurso pré-formatado a respeito das mulheres encarceradas. Para a análise, consideramos ainda os apontamentos de Akotirene (2020) sobre o papel do sexismo institucional na disciplinarização das mulheres brasileiras, especialmente no que se refere à manutenção da branquitude como referencial hegemônico. “A eficiência sexista enquanto ideia hegemônica está a serviço do poder branco-burguês, e vem sendo aperfeiçoada nas diversas instituições de saber-poder, como as escolas, a polícia, a família, as organizações religiosas, a mídia e a justiça” (AKOTIRENE, 2020, p. 56).

Para as discussões que este trabalho propõe, é importante que se localize esta investigação enquanto parte de uma pesquisa mais ampla sobre os regimes de visibilidade (BRIGHENTI, 2010) das mulheres encarceradas no jornalismo audiovisual. Na pesquisa desenvolvida, já foram analisadas reportagens dos principais telejornais (alcance nacional) de emissoras abertas (TV Globo, Record e SBT) oferecendo pistas de que tais regimes de visibilidade conjugam relações de percepção/interpretação com relações de poder. Nesse sentido, o modo como as questões relacionadas ao encarceramento feminino aparecem representadas nas reportagens parece ocupar um lugar periférico na geografia/ lógica midiática, de modo a produzir ausências e silenciamentos em relação a essas sujeitas.

Esse lugar parece deslocar também os debates e problematizações que poderiam ser gerados a partir dessa visibilidade, uma vez reconhecida a capacidade da mídia e seus produtos midiáticos de movimentar sentidos e, também, a participação política. Assim, destacamos que, apesar de exploratória, nossa contribuição neste artigo visa dar continuidade a essa investigação. A partir do estudo, buscamos

apontar caminhos capazes de romper com a naturalização e inevitabilidade das desigualdades provocadas pelo racismo, misoginia e as formas de opressão causadas pelo sistema capitalista sobre os corpos femininos.

Para a definição do corpus, partimos da busca do conteúdo audiovisual da emissora mais assistida pelos brasileiros no último ano (2020), a TV Globo. De acordo com a pesquisa realizada pela KantarIbope, a TVGlobo obteve 12,33 pontos em 2020, à frente da RecordTV e SBT (com 4,35 pontos e 4,25 respectivamente). A busca foi realizada na plataforma de conteúdos audiovisuais da emissora, Globoplay, que disponibiliza gratuitamente os conteúdos relacionados à sua programação televisiva aberta.

A partir da palavra-chave “presidiária”, sem restrições de data, que resultou em apenas 63 conteúdos variados (contra 636 encontrados a partir da palavra “presidiário”, seguindo os mesmos critérios de busca). Os resultados exibem conteúdos entre os anos de 2012 e 2020, como mostra a tabela abaixo.

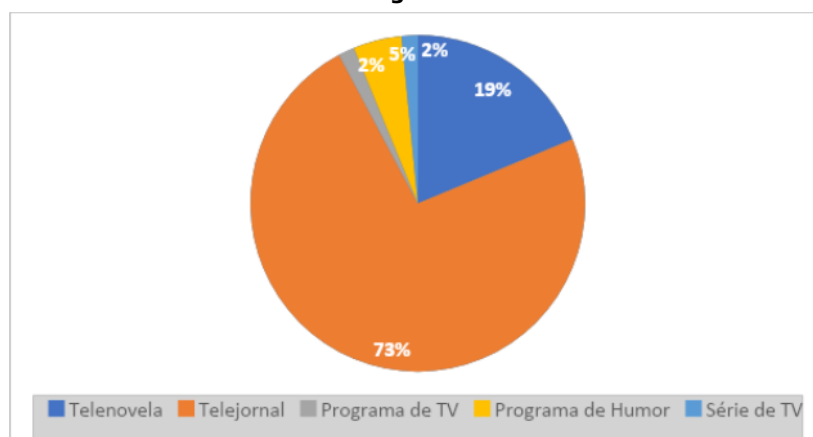
Tabela 1 – Resultados da busca “presidiárias”

Resultados gerais	Resultado por ano
Telejornal: 47	2012: 4
Telenovela: 12	2013: 7
Programas de TV: 1	2014: 12
Programa de Humor: 3	2015: 8
Série de TV: 1	2016: 6
	2017: 3
	2018: 9
	2019: 6
	2020: 4

Fonte: Produzido pelas autoras

Para entender os resultados de forma mais ampla, elaboramos uma tabela a partir das categorias explicitadas, ligadas ao formato, tipo de programa, temática central e angulação. Tais informações, especialmente aquelas voltadas para os formatos e os lugares que ocupam na produção de diferentes discursos, foram relevantes para compreender se a aparição das mulheres encarceradas se dava em um contexto de programas jornalísticos ou majoritariamente de entretenimento/ficção (as consequências deste dado são exploradas mais adiante). A partir da triagem que indica que 73% dos conteúdos encontrados são reportagens de telejornais, foram encontradas ainda 2 matérias em que a palavra presidiária parece ter sido utilizada equivocadamente, como erros de digitação, pois as matérias tratam de presidiários, sem qualquer relação com mulheres encarceradas.

Gráfico 1 – Porcentagem dos conteúdos encontrados



Fonte: Produzido pelas autoras

Os resultados encontrados indicam que as mulheres encarceradas, apesar de aparecerem como pautas em um número nove vezes menor que os homens em privação de liberdade, são frequentemente representadas a partir de angulações específicas, que se repetem em diversos conteúdos. Esse dado se torna visível a partir da percepção de repetição de padrões em duas categorias: temática e angulação. No caso dos conteúdos correspondentes ao formato de telejornal, as temáticas que mais apareceram estavam ligadas a Trabalho/Projeto nas prisões; enquanto nas telenovelas, programas de humor e série de TV, as temáticas abordadas variavam entre caricaturização das mulheres presas (formas de falar, vestir e agir dentro da prisão) e a dramatização desses comportamentos.

Em um terceiro momento de análise, realizamos uma investigação qualitativa dos resultados, assistindo novamente as reportagens, já considerando os agrupamentos por categorias. Observando os padrões que se estabeleciam e se repetiam nas temáticas e angulações, chegamos a três tipos de imagens construídas.

É importante pontuar que nossa análise busca considerar todos os conteúdos para realizar uma leitura das imagens de controle que se estabelecem. No entanto, se faz necessário destacar o lugar ocupado pelas reportagens (telejornalísticas) na definição dessas imagens, uma vez que entendemos a legitimação do campo jornalístico (e a relação de saber/poder) como um dos fatores que contribuem para a produção de efeitos de verdade (FOUCAULT, 2014, et al). Pela perspectiva de Charaudeau (2013), a informação resulta da combinação das circunstâncias em que se fala, escreve ou expressa (envolvendo também a identidade de quem fala e daquele a quem se dirige, além das relações entre eles) e a maneira pela qual se fala. Para o autor, nesse sentido, a produção dos efeitos de verdade tem relação com o discurso das mídias, analisando, neste caso, a própria informação enquanto um discurso. Para ele, o que está em jogo nesse aspecto não é a busca por uma verdade em si, mas sim pela credibilidade, ou algo que determine o “direito à palavra” dos seres que comunicam.

Apontamentos sobre as imagens de controle

Ao sistematizar as imagens de controle como justificativa ideológica que apoia e estrutura sistemas de dominação racistas e sexistas, Collins (2019) desvela o seu papel na manutenção das mulheres negras em situação de injustiça social, e também auxilia numa interpretação ampliada de como esses elementos articulam uma estratégia de objetificação e sobretudo, de um pensamento binário que articula o lugar “do outro” na sociedade.

Davis (2020), ao investigar as prisões como “destino reservado a outros”, destaca o papel ideológico desses espaços como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando a sociedade de se responsabilizar pelos problemas causados pelo racismo e o capitalismo global. Assim, com o objetivo de compreender como o racismo e o sexismo estão articulados nas imagens de controle que representam as mulheres encarceradas brasileiras, realizamos uma análise mais detalhada dos dados encontrados no mapeamento a partir da palavra-chave “presidiárias”. A escolha do termo, justificada na introdução deste trabalho, visa direcionar os conteúdos de análise para um contexto mais ligado à vivência do encarceramento feminino, e não a outras formas de detenção/penas.

A partir dos 63 resultados encontrados, buscamos pela definição de categorias que pudessem auxiliar na classificação dos materiais a partir dos parâmetros de Bardin (2011), que prevê elementos como exclusividade, exaustividade, pertinência e representatividade na etapa de categorização. Assim, conforme explicitamos acima, chegamos à criação de categorias que nos permitiram identificar três grupos temáticos de representações: (1) a perspectiva utilitarista da população carcerária; (2) a performance do feminino na prisão e (3) a sexualidade como condição principal do corpo feminino.

A perspectiva utilitarista

A partir de reportagens como: “Máscaras feitas por presidiárias de patos vão ser distribuídas em penitenciárias do Sertão”; “Presidiárias do Amapá usam o trabalho e a leitura para reduzir penas”; “Projeto de igreja ensina profissão a presidiárias”; “Presidiárias superam dificuldades e buscam emprego e estudo em detenções do Ceará”; “Presidiárias ganham oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido na cadeia”; “Trabalho ajuda na recuperação de presidiárias”; “Presidiárias produzem peças em troca de redução de pena”, dentre outras que tocam de forma indireta na experiência do trabalho como algo fundamental às mulheres em privação de liberdade, ressaltamos a compreensão reforçada pelo discurso midiático de que é pela via do trabalho que as pessoas em privação de liberdade poderiam “tornarem-se úteis”, uma vez que a prisão é frequentemente vista apenas como uma instituição que abriga sujeitos indesejados, que não colaboram mais para o funcionamento social. No entanto, o que parece se revelar nesse desejo expresso pela população para que os presidiários do Brasil trabalhem em seu tempo na prisão, é um desejo de punição. Para Foucault (2014), o desejo de que “sejam reservados aos detentos os trabalhos mais duros e mais perigosos” (FOUCAULT, 2014, p. 281) é uma tática múltipla, de modo a tornar a população carcerária útil por meio da noção de que seria preciso discipliná-los por meio do trabalho. Para o autor, as campanhas dos jornais populares contra “o conforto das prisões” auxiliam nessas dinâmicas que colocam o trabalho como condição fundamental para a penalização.

Tabela 2 – Recorte da tabela completa de coleta dos conteúdos

Formato	Programa	Título	Tema	Angulação	Data	Duração
Telejornal	Bom dia Amazônia	No Amapá, presidiárias participam de processos de capacitação	Projeto Trabalho na prisão	O foco da reportagem é a iniciativa entre o Senai Amapá e outra instituição para oferecer cursos profissionalizantes para as presidiárias. A reportagem destaca que elas estão recebendo capacitação para inserção no mercado de trabalho.	02/09/21	2 min
Telejornal	JA 1ª edição	Projeto de igreja ensina profissão a presidiárias	Projeto Trabalho na prisão	Desde a chamada da reportagem, a repórter enfoca que o projeto (ligado à igreja católica) visa ensinar uma profissão às mulheres, e ainda oferece benefícios como a redução de pena. A fala das mulheres e da diretoria do presídio ouvida na reportagem, ressalta a possibilidade de conquistar renda através do trabalho.	22/08/2016	2 min

Telejornal	ESTV 1ª Edição	Presidiárias ganham concurso nacional de redação da defensoria pública da União, no ES	Projeto Trabalho na prisão	Duas acauteladas receberam o primeiro e o segundo lugar no concurso na cidade de Cachoeiro, ES. A reportagem exibe uma das vencedoras lendo a redação premiada e destaca a importância da escola nos espaços como a penitenciária.	28/11/2019	5 min
Telejornal	Bom dia Paraíba	Presidiária que cumpria pena em casa é morta a tiros	Violência e crimes	A reportagem traz detalhes da morte de uma jovem de 20 anos, que foi assassinada na porta de casa, em Mandacaru. Por cumprir pena domiciliar, ela usava tornozeleira eletrônica e havia saído do presídio há 20 dias.	06/12/2006	2 min
Telejornal	JPB1	Presidiária que cumpria pena em casa é morta a tiros	Violência e crimes	Os repórteres contam atualizações do caso exibido no Bom dia Paraíba	06/12/2006	2 min
Telejornal	Presidiárias ganham oportunidade de mostrar o trabalho desenvolvido na cadeia	Bom dia Pará	Trabalho na prisão	A reportagem acompanha a feira que vende produtos fabricados por mulheres presas. As mulheres em regime semiaberto são responsáveis pelas vendas dos produtos, e a reportagem traz o foco na oportunidade de empreendedorismo a partir da fala de André Cunha, superintendente do sistema penitenciário de Belém do Pará.	10/02/2014	
Telejornal	CETV1ª edição	Presidiárias superam dificuldades e buscam emprego e estudo em detenções do Ceará	Projeto Trabalho na prisão	A reportagem faz parte de uma série do Ceará TV primeira edição, que mostra reportagens sobre as presidiárias do estado. O foco é mostrar as atividades ligadas à profissionalização que são oferecidas nas penitenciárias. As atividades são relacionadas ao artesanato, padaria, informática, leitura e música. Na reportagem, são evidenciados dados que comprovam queda na residência criminal quando há a presença dessas atividades.	20/05/2014	6 min

É preciso ainda destacar, que parte considerável das mulheres encarceradas que aparecem nessas reportagens são pretas e pardas, oferecendo reflexões a partir das imagens das *mammys*, como trabalhadoras servis, disciplinadas e, portanto, formatadas em uma condição social que delas se espera. Estabelecendo um diálogo com a análise de Bueno (2020) sobre as imagens de controle no contexto brasileiro, ressaltamos ainda a presença do elemento de coisificação das mulheres negras a partir da identificação de seus corpos como “ferramentas de trabalho”, identificados pela autora. Nesse sentido, apesar das atividades realizadas nos presídios possibilitarem o cumprimento de uma pena menos dolorosa para alguns, os conteúdos midiáticos e sobretudo as matérias jornalísticas que endossam o trabalho como principal (ou única) via de transformação da população carcerária acabam por reforçar uma perspectiva utilitarista dessa população, apresentando-a como uma imagem de controle. Na prática, tal imagem acaba relevando uma estranha harmonia entre o mundo dentro das grades e aquele que permanece fora delas, quase como se fôssemos apresentados a uma solução típica do capitalismo: a do trabalho como o salvador e principal fator motivador para as vivências individuais.

Imagem 1 – Reportagem sobre processos de capacitação



Fonte: Globoplay (2022)

Imagem 2 – Reportagem Presidiárias superam dificuldades e buscam emprego e estudo em detenções do Ceará



Fonte: Globoplay (2022)

A performance do feminino na prisão

Ao refletir sobre as imagens de controle que direcionam os mecanismos de dominação às mulheres afro-americanas, Collins (2019) pontua que, apesar das transformações sociais ao longo dos anos, uma compreensão hegemônica se consolidou acerca da experiência de “ser mulher”. De acordo com o culto da verdadeira condição de mulher, associado ao ideal tradicional de família, as mulheres “de verdade” tinham quatro virtudes fundamentais: piedade, pureza, submissão e domesticidade. As mulheres brancas das classes abastadas e da classe média emergente eram encorajadas a aspirar essas virtudes (COLLINS, 2019, sem paginação).

A partir do avanço de alguns direitos e de renegociações de sentido feitas a partir desses valores pré-estabelecidos, sobretudo pela participação e mobilização política de movimentos sociais, especialmente os feministas, que acabaram por atingir parte dos produtos midiáticos e publicidade, observamos como ainda permanecem marcadas as características atribuídas às sujeitas que funcionam para legitimá-las como mulheres. Akotirene (2020), em sua análise sobre o racismo e sexismo institucionais nas penitenciárias femininas, afirma que o perfil identitário construído sobre as mulheres confere um papel fundamental desse grupo como “bode expiatório” do tráfico brasileiro “já que construídas no imaginário social como passivas, inofensivas, frágeis, maternais, servindo porquanto para blindar o “sistema criminoso” (AKOTIRENE, 2020, p. 19).

Como exemplo dessa imagem de controle que define a condição de mulher no Brasil, observamos a permanência da vaidade e a maternagem como afirmação do feminino, além da rivalidade feminina como elementos frequentemente acionados nos discursos sobre as mulheres encarceradas. No caso da reportagem “Detentas postam fotos sensuais na internet de dentro de presídio feminino”, a angulação destaca as poses sensuais, ao invés de trazer elementos ligados à existência de celulares ou câmeras fotográficas no presídio (o que é proibido). A partir desses elementos, entendemos que não se trata apenas de noticiar a quebra de regras do presídio (afinal, há notícias de celulares apreendidos nas celas masculinas em diversas reportagens na rede), o que parece mesmo provocar uma condição de visibilidade é o aspecto moral envolvido nas fotografias. Nesse contexto, também observamos os mesmos marcadores de sentido que produzem as imagens de jezebel, matriarcas e mulheres dependentes do estado, a partir de uma simplificação da vida na prisão, que sugerem que a vida do encarceramento, para as mulheres, permanece “fácil”, com as mesmas frivolidades atribuídas a elas fora dali. Matérias como: “Presidiária pula muro de presídio e foge com roupa de outra presidiária”; “Detentas postam fotos sensuais na internet de dentro de presídio feminino”; “Presidiária é solta em Joinville para poder cuidar filha”; “Presidiárias ficam irritadas com suposta suspensão de visitas”; “Mães presidiárias relatam história vivida longe dos filhos”; funcionam como imagens de controle que marcam a experiência de ser mulher na prisão. Apesar da população carcerária abrigar as mais diversas sujeitas no que diz respeito à sexualidade e a atributos da identidade de gênero, continuam obtendo legitimidade a partir de uma performance da feminilidade nos moldes legitimados socialmente, inclusive a partir de uma angulação misógina e sexista.

Imagem 3 – Reportagem “Detentas postam fotos sensuais na internet de dentro de presídio feminino”



Imagem 4 – Projeto proporciona a convivência entre presidiárias e filhos



Fonte: Globoplay (2022)

A mulher presa como personagem

Nos 17 resultados encontrados em que os conteúdos não se tratavam de reportagens ou matérias jornalísticas, foi possível identificar uma determinada “caricaturização” da mulher presa, que reduzem a experiência do encarceramento a situações ligadas a vida doméstica, a elementos estéticos ou a falta deles, além do acionamento de sentidos estereotipados sobre características dessas mulheres. Nos conteúdos como “Sandra Helena sente saudades de seus tempos de glamour”; “Relembre visual de Cláudia Raia como presidiária na TV”; “Colega de cela diz que as presidiárias têm interesse em Vitória”; entre outras que abordam indiretamente o tema, percebemos que as figuras femininas são frequentemente tratadas como aquelas que só se preocupam com a vaidade ou a sexualidade, reproduzindo valores que frequentemente funcionam como formas de limitar as experiências de ser mulher na sociedade. A matéria “Ofélia confunde paraíba com RS e acusa Lucicreide de ser ex-presidiária” chama a atenção de forma particular por também acionar estereótipos relacionados à naturalidade dos sujeitos, nesse caso, entre o estado da Paraíba e do Rio Grande do Sul e a condição de ex-presidiária, marcada de forma negativa na sociedade brasileira.

Imagem 5 – Conteúdo “Claudia Raia como presidiária na TV”



Imagem 6 – Ofélia confunde PB com RS e acusa Lucicreide de ser ex-presidiária



Fonte: Globoplay (2011)

Considerações finais

A partir da proposta de identificar quais imagens de controle são direcionadas às mulheres em privação de liberdade, percebemos que, muitas vezes, elas funcionam como condições de visibilização. Nesse sentido, entendemos que as imagens de controle são especialmente determinantes na manutenção das estruturas de poder justamente por estabelecerem e autorizarem determinadas formas de tratamento pela sociedade. Por isso, entendemos que os discursos televisivos que utilizam as imagens de controle da perspectiva utilitarista, da performance do feminino como condição de visibilidade e a mulher presa como um personagem, por vezes não colaboram para os desafios estruturais que essas sujeitas enfrentam no ambiente de privação de liberdade: como a falta de cuidado psicológico voltado para a saúde feminina, o abandono parental, doenças sexualmente transmissíveis, além de instalações e condições de trabalho compatíveis com suas necessidades (lactantes, por exemplo). Se essas mulheres ocupam, hoje, o grupo que lidera a taxa de encarceramento no país, porque as condições relacionadas a esse contexto de criminalidade não são exploradas nos conteúdos? E ainda, como a dramatização (presente nos conteúdos humorísticos, sobretudo) voltada a um lugar vexatório pode contribuir para superar os desafios enfrentados por estas mulheres? Assim, este trabalho busca contribuir para desvendar as consequências do patriarcado enquanto estrutura de poder que modula não só as penalidades, mas espaços de visibilidade midiática. Com isso, nosso objetivo é estimular o debate em direção a uma prática jornalística mais comprometida

com as necessidades e vulnerabilidades representativas. Além disso, reforçamos que por meio das imagens de controle disseminadas na mídia, enquanto jornalistas e profissionais da comunicação, muitas vezes terminamos por atuar na manutenção da estrutura de poderes que determina os lugares que cada personagem ocupa em nossa organização social.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O pai, prezada!** Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas. São Paulo: Pólen, 2020.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa.** São Paulo: Pólen, 2019.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle:** um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. **Visibility in social theory and social research.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?.** Rio de Janeiro: Difel, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da Prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion.** New York: MacMillan, 1922.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MULHER cai em buraco, fica presa a 2,5 m de profundidade e é resgatada pelos bombeiros, **Globoplay**, Bom dia Paraíba, sem data de publicação informada, 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10181478/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

TEMER, Ana Carolina. **Flertando com o caos:** comunicação, jornalismo e televisão. Goiânia: FIC/UFG, 2014. WILLIAMNS, Raymond. **Televisão:** tecnologia e forma cultural. São Paulo/Belo Horizonte: Boitempo editorial/PUC Minas, 2016.

Carla Ramalho Procópio é bolsista CAPES e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira (informar sua contribuição no artigo).

Carla Baiense Felix é Professora do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano e do curso de graduação em Jornalismo da UFF). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; interpretação de dados e apoio na revisão de texto.